

Ontologia e linguagem

Gilmaisa Macedo da Costa

Universidade Federal de Alagoas

gilmaisa@uol.com.br

Resumen

Este texto presenta una reflexión sobre la relación entre ontología y lenguaje basado en la Ontología materialista de György Lukács. Expone la interdicción de toda ontología en la constitución de la ciencia moderna, discutiendo aspectos centrales de las tendencias del pensamiento en el campo del lenguaje y los caracteres de su formulación como ciencia originada en el estructuralismo. Analiza la contribución de una ontología materialista al conocimiento del lenguaje, su origen y función social como médium universal del ser social.

Palabras clave

Ontología, Lenguaje, Ciencia, Estructuralismo.

Abstract

This paper presents the thought about the relationship between ontology and the language based in materialistic Ontology from György Lukács. It shows that during the process of modern science construction occurred a separation from all ontology also discusses the aspect of trend of thought in the field of language and characteristics of science originated by the structuralism. Moreover, this article analyzes the contribution of materialist ontology to the language knowledge, the origin and also the social contribution as a universal *medium* of social being.

Keywords

Ontology, Language, Science, Structuralism.

Introdução

A última obra do filósofo húngaro György Lukács, intitulada *Para a Ontologia do Ser Social (Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins)*, publicada na segunda metade do século XX, retoma a temática das bases ontológicas do ser enquanto universalidade e do ser social em particular. Em um período no qual a filosofia tinha sido quase inteiramente dominada pelo subjetivismo e pela desrazão, Lukács produz uma ontologia materialista, herdeira do pensamento clássico de Hegel e de Marx acerca da totalidade, e com reconhecida raridade e clareza revisita questões concernentes à essência do gênero humano, sua origem, desenvolvimento e universo categorial, no qual a linguagem emerge decisivamente como mediação universal do ser social, uma categoria ontológica essencial à constituição do gênero humano.

A Ontologia de Lukács traz novos elementos a problemas teóricos abandonados desde a separação entre filosofia e ciência, quando em meio às lutas entre o pensamento medieval e o nascente pensamento moderno; se, por um lado, o pensamento humano tende à desantropomorfização e impulsiona a criação das ciências da natureza, por outro lado, toda a Ontologia foi considerada sem importância para iluminar questões científicas tornadas particulares. Ignora-se até mesmo que desde a Antiguidade grega produzira-se uma generosa tendência à objetividade que, em direção oposta à ontologia religiosa, constitui uma “ontologia científico-filosófica: esta investiga a realidade objetiva para descobrir o real espaço para a práxis real (do trabalho à ética)” (Lukács, 2012: 24).

Deste modo, ignora-se que a ontologia religiosa não havia sido a única prerrogativa para o conhecimento, pois, por caminhos opostos gerara-se outra ontologia cuja tendência era buscar o conhecimento da realidade objetiva. Entretanto isso foi ignorado no processo de autonomização da ciência em relação à filosofia a partir das lutas entre o pensamento moderno e o medieval, quando a eliminação de toda ontologia se tornará uma prerrogativa para o conhecimento científico, o que persiste no surgimento da ciência, inclusive aquela ocupada com o problema da linguagem.

Neste texto iremos nos debruçar sobre aspectos ontológicos fundamentais ao problema da linguagem conforme Lukács o concebeu e expressou. Para isso iremos nos aproximar do percurso da linguagem como objeto de conhecimento, de sua constituição como ciência e de sua retomada por uma ontologia materialista.

Lukács não se surpreende ao constatar que “a tentativa de basear o pensamento filosófico do mundo sobre o ser se depara com resistências de muitos lados. Os últimos séculos do pensamento filosófico foram dominados pela teoria do conhecimento, pela lógica e pela metodologia, e esse domínio está longe de ser superado” (Lukács, 2010: 35). Os motivos para tal ocorrência são muito variados: não só aqueles referentes a dificuldades do conhecimento e seus instrumentos necessários, mas também de natureza ideológica, no sentido de preservar espaços de hegemonia a grupos científicos ou religiosos. Ou, mais precisamente, como acrescenta Lukács, o predomínio da teoria do conhecimento

se tornou tão forte que a opinião pública competente esqueceu totalmente que a missão social da

teoria do conhecimento, que culminou em Kant, consistia, quanto a sua finalidade principal, em fundamentar e assegurar o direito à hegemonia científica das ciências naturais desenvolvidas desde o Renascimento, mas de tal maneira que permanecesse preservado para a ontologia religiosa, na medida em que isso fosse socialmente desejável, o seu espaço ideológico historicamente conquistado (Lukács, 2010:35).

A interdição da problemática do ser enquanto ser é uma evidência na trajetória da filosofia, e mais precisamente, a ruptura entre ontologia e ciência. Neste texto exporemos brevemente os caminhos teóricos que levaram a tal interdição e, em seguida, à separação entre ciência da linguagem e ontologia, examinando a natureza da conexão entre o desenvolvimento da sociedade moderna e a atividade consciente, a partir da contribuição do materialismo histórico e dialético produzido por Marx e seguido por Lukács. Observaremos que cada um dos autores analisa de modo peculiar essa relação, mas ambos assinalam a primazia da objetividade do ser enquanto ser no processo de conhecimento da realidade.

Ontologia e ciência: uma relação tornada incompatível

O pensamento moderno impulsionado pela Revolução Industrial tem um imenso peso na interdição da ontologia para o conhecimento científico, a nosso ver, mais por razões objetivas que por razões subjetivas. O ser social burguês que se constitui no processo de emergência de uma nova sociabilidade sob o domínio do capital tem a marca da objetividade, da positividade das relações sociais que permeia toda a vida cotidiana. Na vida cotidiana, no imediato da vida social, todas as relações aparecem mediadas pela objetividade, por coisas empiricamente palpáveis como a moeda que compra e vende mercadorias e inumeráveis outras mediações com as quais todos os indivíduos lidam normalmente. Deste modo, a objetividade faz parte necessariamente desse ser social burguês, do cotidiano da vida social.

Mas o cotidiano, o imediato, por suas características essenciais não torna visíveis os processos que engendram a riqueza e a miséria, a moeda, o capital, a mercadoria etc. Para pensar essa sociedade, as leis internas que regem a produção, as relações políticas, as relações de classe, é preciso pensar cientificamente, desvendar o modo de ser desse novo padrão de sociedade; daí a necessidade de criar a ciência que se delineia ocupada com objetos específicos. Assim, junto com a emergência da própria sociedade surgem modos de pensar não só a natureza, no sentido de dominá-la através do conhecimento de suas leis para impulsionar a produção, mas também o social, com vistas a explicar essa nova objetividade.

Um complexo movimento marcado pelo intenso debate na apreensão da objetividade material e humana desdobra-se desde o Renascimento científico, mais precisamente, de Descartes até Kant. Ainda que uma teoria do conhecimento tenha sua origem no pensamento do cardeal Belarmino, Immanuel Kant aparece como o verdadeiro fundador da teoria do conhecimento (gnosologia) como disciplina independente mediante a qual, segundo Lukács, “ele quer fundamentar a realidade partindo da capacidade de conhecimento, e não fundar o conhecimento partindo do ser” (2010:55); acresce-se a

isso que Kant acaba por negar a possibilidade do conhecimento. Exatamente uma tendência oposta à que Marx irá defender em momento posterior, no fluxo de acontecimentos resultantes da contradição entre capital e trabalho que gera burguesia e proletariado como classes portadoras de interesses opostos e inconciliáveis. Diferentemente da tendência presente na gnosiologia kantiana, a solução de Marx para o problema de conhecimento se dá pela via ontológica.

No texto intitulado *A ideologia alemã no qual o processo de produção teórica de Marx ganha contornos de maturidade a partir da aproximação em Paris com o movimento operário socialista e com a pesquisa da economia política junto com Engels já afirmara:*

As premissas de que partimos não são bases arbitrárias, dogmas; são bases reais que só podemos abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontraram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação (Marx/Engels, 2001:10).

No processo de sua produção intelectual, a tendência de Marx em fundamentar o pensamento com base na realidade efetivamente existente se fortalece, alçando-se à condição de uma teoria histórico-social. Marx apreende que o conhecimento resulta da história e que a história permite o desenvolvimento da consciência humana; nesse processo o problema do conhecimento se põe aos homens, no sentido de que “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (2001:20). Essa predominância do objeto em relação ao sujeito é distinta de qualquer concepção estreita de cientificidade que comumente permeia o problema do conhecimento na filosofia e na ciência social. O real é preexistente ao conhecimento e o sujeito se apodera do real para transformá-lo mediante o processo da práxis que impulsiona a consciência humana.

Na afirmação da ontologia como base a todo o conhecimento presente no pensamento de Marx, Lukács assim se expressa:

só em Marx o problema adquire o seu justo perfil. Antes de tudo, ele vê com clareza que há toda uma série de determinações categoriais, sem as quais nenhum ser pode ter seu caráter ontológico concretamente apreendido. Por essa razão, a ontologia do ser social pressupõe uma ontologia geral. Porém, essa ontologia não pode ser de novo distorcida em teoria do conhecimento. Não se trata aqui de uma analogia ontológica com a relação entre a teoria do conhecimento geral e os métodos específicos das ciências singulares. Trata-se, ao contrário, do fato de que aquilo que é conhecido numa ontologia geral nada mais é que os fundamentos ontológicos gerais de todo ser. Se na realidade surgem formas de ser mais complexas, mais compostas (vida, sociedade), então as categorias da ontologia geral devem ser conservadas nelas como momentos superados; o superar teve em Hegel, corretamente, também o significado de conservação (2013:20).

O padrão científico marxiano é aquele presente na concepção de ciência da história como aquela que, recusando o idealismo e o materialismo abstrato, apreende os homens em suas relações sociais como objetividade efetivamente existente e efetivamente real. Isso significa que o problema do conhecimento pressupõe o estatuto ontológico da realidade, no sentido de que o ser em sua efetividade real se antepõe à ideia. Certamente

Hegel (1807) já alcançara um nível superior aos seus predecessores quando em sua dialética objetiva identificara no *Prefácio à Fenomenologia do Espírito* que o “verdadeiro é o todo. Mas o todo é somente a essência que se implementa através de seu desenvolvimento. Sobre o absoluto, deve-se dizer que é essencialmente *resultado*; que só no *fim* é o que é na verdade”. Neste sentido Hegel expressava que a totalidade é anterior à parte. Hegel fora também o primeiro filósofo a pensar o conhecimento como um processo histórico, portanto, da afirmação de um gênero humano. O primeiro a dizer que o homem só será capaz de explicar a consciência mediante um processo de desenvolvimento do humano; é o ser do homem que determina o que vai ser a consciência, e não o contrário. Entretanto, por incorrer no engano do sujeito-objeto idêntico, identificando o desenvolvimento humano com o desenvolvimento do pensamento, Hegel não conseguiu apreender a problemática material da existência humana em todo o significado histórico concreto.

Em termos históricos, contudo, na busca de uma apreensão de como o homem pode conhecer a realidade, Kant, ainda que mediante sua negação, anuncia o problema do conhecimento, Hegel realiza a possibilidade do conhecimento em sua forma objetiva primeira e Marx vai amadurecê-la na sua forma mais radical como apreensão do real pela subjetividade em que o real é cognoscível e existe independentemente da teoria. Não se deve desconsiderar que

tanto a concepção da coisa-em-si kantiana, abstrata, incognoscível, sem qualidades, que concebe nossa realidade como um mundo de meros fenômenos, quanto a ontologia histórico-logicizada Hegel sobre o sujeito/objeto idênticos, e, mais ainda, os sonhos irracionais do século XIX, nos afastam muitas vezes de uma legítima problemática do ser (2010:35).

Neste sentido, à exceção de Marx, o problema do ser permanece afastado da condução do processo de apreensão do real. As tendências contemporâneas predominantes do ponto de vista do conhecimento não têm sua referência nem em Hegel nem em Marx. Seguem a direção da gnosiologia e, mais especificamente, do positivismo; até mesmo “uma parte dos marxistas russos se volta para o positivismo de Avenarius e Mach” (2013:32). Em linhas gerais Isso se explica, segundo Lukács, pelo fato de que após a tomada do poder pela burguesia, sua tendência é tornar-se reacionária, abandonando o ideal de progresso para toda a humanidade em termos da superação das condições existentes ou da transformação social do todo.

O primeiro período importante do pensamento nesta direção vai de Schelling até Kierkegaard, e a luta ideológica era contra o pensamento de Hegel e a herança deixada pelo racionalismo dialético. Ou seja, a condução do pensamento sob o domínio da burguesia após a Revolução Francesa intentava a conservação da realidade e significou um retorno ao pensamento anterior a Hegel. Essa condução, sem que se possa reduzir a isso, tem seu momento fundante ou na fenomenologia que surge no pensamento produzido principalmente entre Descartes e Kant, ou no positivismo, originado do empirismo de Bacon, a partir do que se forma o positivismo comtiano e deriva o neopositivismo e tudo o mais que dele resulta. Acentua-se a tendência geral em direção ao afastamento entre ontologia e ciência.

Naturalmente, trata-se de um processo complexo que se delineia a partir da modernidade, por exigência tanto da objetividade constituída, conforme vimos, quanto dos interesses da classe que alcança o poder. Certamente nada disso poderia contribuir para um embasamento ontológico do conhecimento. Lukács adverte:

se a ciência não se orienta para o conhecimento mais adequado possível da realidade existente em si, se ela não se esforça para descobrir com seus métodos cada vez mais aperfeiçoados essas novas verdades, que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos e que aprofundam e multiplicam os conhecimentos ontológicos, então sua atividade se reduz, em última análise, a sustentar a práxis no sentido imediato. Se a ciência não pode ou conscientemente não deseja ir além desse nível, então sua atividade transforma-se numa manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática. E é isso mesmo que o cardeal Belarmino requeria da ciência para salvar a ontologia teológica (2013: 34).

O esforço científico não tem consistido em buscar em qualquer objeto social “essas novas verdades que necessariamente são fundadas também em termos ontológicos”, as quais Lukács apreende como base do conhecimento da realidade existente em si. Ao contrário, a ciência tende cada vez mais a particularizar-se, reduzindo-se ao pragmatismo impulsionado justamente pelo domínio sobre a natureza. Ao analisar o problema da liberdade, por exemplo, Lukács reflete que,

enquanto nos estágios primitivos era o atraso do trabalho e do saber que impedia uma genuína investigação ontológica acerca do ser, hoje é exatamente o fato de o domínio sobre a natureza ir se dilatando ao infinito que cria obstáculos ao aprofundamento e à generalização ontológicos do saber, pelo qual este último deve lutar não contra as fantasias, mas contra a sua própria redução a um fundamento da própria universalidade prática (Lukács, 2010: 307).

Sob a direção da burguesia, o problema do conhecimento e da ciência constituído mediante a interdição à ontologia cria-se uma tendência geral que, por necessidades socialmente delimitadas no contexto da produção e da dominação política de uma classe, configura o modo de pensar tipicamente capitalista. Certamente não significa um modo de pensar unívoco, mas aquele que se afigura como dominante, desdobrando-se historicamente em várias interpretações teórico-metodológicas e influenciando inúmeras outras.¹

O tema da linguagem não escapa a essa tendência mais geral. O século XX experimentou a constituição da linguística inicialmente com base no estruturalismo, sobre a qual iremos mencionar aspectos decisivos para, na sequência, procedermos ao estudo da linguagem na *Ontologia de Lukács*. Veremos que, na *Ontologia*, a linguagem emerge como categoria ineliminável do homem e de suas relações que buscaremos

¹ István Mészáros, em sua obra *Estrutura Social e Formas de Consciência: a determinação social do método* (2009) analisa as características dos caracteres metodológicos no pensamento moderno que, sob determinação social, afasta a ontologia e até a atualidade tende a priorizar o conhecimento dos objetos singulares e isolados.

expressar neste texto em uma análise conforme o pensamento do autor o apreendeu e expressou. Antes, faremos rápidas aproximações que culminarão com a proposição da ciência da linguagem no estruturalismo saussuriano e na posterior abordagem filosófica do tema em Habermas.

A linguagem e sua apreensão

A concepção que predomina em relação ao problema da linguagem é que a vida humana, seu desenvolvimento e expansão como grupo humano-social possivelmente se tornaria inviável sem a mediação dessa categoria no estabelecimento das relações entre os homens. Uma mediação tão fundamental não poderia passar despercebida ao problema do conhecimento humano, tanto que no pensamento sobre o homem e suas relações, a linguagem emerge como objeto de estudos, e com ela os mecanismos de sua apreensão, de sua constituição, dos modos peculiares de expressão cotidiana e de sua estrutura organizacional em sistemas formais de línguas.

Teorias sobre a linguagem têm origem desde longa data; na Grécia antiga já se encontram investigações e teses sobre o caráter natural ou arbitrário da linguagem, que Aristóteles em *De interpretationes* discutia com Górgias e Antístenes, dando origem a diferentes modos na sua interpretação, cuja difusão na Idade Média impulsionará o estudo da gramática no mundo ocidental. Inicialmente tratada filosoficamente, a linguagem tornou-se uma disciplina peculiar denominada Filologia, ocupada especialmente com a evolução histórica das línguas segundo sua manifestação em textos e obras literárias. A partir da modernidade torna-se mesmo objeto de uma ciência específica, a Linguística, nos moldes das ciências modernas particulares e autônomas. A investigação sobre o homem e suas relações não prescindiu da análise da linguagem no advento do Iluminismo. Exemplar neste sentido foi o pensamento de Jean-Jacques Rousseau em meio ao debate dos enciclopedistas. Rousseau foi um dos primeiros pensadores modernos a elaborar teoria sobre o problema da linguagem. Tendo em suas teses mais significativas o estabelecimento de conexões e relações entre sociedade, linguagem e pensamento social sob a hipótese de que seria produto da história, analisa os fundamentos do homem do ponto de vista físico ou natural e do ponto de vista metafísico e moral. Apoiado na ideia de um suposto estado de natureza no qual o antecedente do homem social se encontrara por um longo período, Rousseau identifica os gritos e grunhidos como as primeiras manifestações da linguagem humana ainda sob o domínio da animalidade e do instinto. A ausência da comunicação e de vínculos dos homens entre si seria entrave ao desenvolvimento humano do homem, mantendo a estagnação da espécie humana em tal estado de natureza. Segundo Rousseau:

Concluamos que, errando nas florestas, sem indústria, sem palavra, sem domicílio, sem guerra, e sem ligações [...] o homem selvagem, sujeito a poucas paixões, e bastando a si mesmo, tinha somente os sentimentos e as luzes próprios desse estado; [...] Não havia educação nem progresso, as gerações se multiplicavam inutilmente; e, partindo cada uma sempre do mesmo ponto, os séculos escoavam em toda grosseria das primeiras idades; a espécie já estava velha, e o homem conservava-se sempre criança (2016: 85).

Em estado de natureza, sem condições sequer de se comunicar, o homem não tem como evoluir socialmente. Essa evolução torna-se possível mediante faculdades da espécie humana como liberdade, piedade e perfectibilidade, potencialidades que permitem o aperfeiçoamento da espécie em homem. Rousseau atribui à comunicação a possibilidade de superação do próprio instinto animal, sem a qual não seria possível a entrada do homem numa nova fase de sua história. Conforme afirma: “Que se pense de quantas ideias somos devedores ao uso da palavra, quanto a gramática exerce e facilita as operações do espírito; e que se pense nas penas inconcebíveis e no tempo infinito que teve de custar a primeira invenção das línguas” (2016: 63).

A linguagem seria, para ele, um fundamento da sociedade, responsável pelos primeiros progressos do espírito humano, permitindo à espécie humana o seu desenvolvimento em direção ao estado social. Em Rousseau o tema da linguagem aparece ainda sob um matiz filosófico, na expectativa de explicar o homem e suas relações na dinâmica social. Entretanto, Lukács afirma:

quando Rousseau ilumina momentos essenciais da dialética social (sobretudo as causas e a necessidade dinâmica do processo de afastamento da natureza), abandona, de modo consciente, a ontologia materialista então vigente: a natureza, enquanto categoria central do dever-ser sócio-humanista, perde qualquer ligação com a ontologia materialista da natureza e se transforma – de modo bastante contraditório internamente, mas justamente por isso tanto mais eficaz – no centro de uma filosofia idealista da história (Lukács, 2012:130).

Assim, evidencia-se que até mesmo o pensamento revolucionário de Rousseau abandona a apreensão da natureza do ponto de vista da ontologia materialista, formulando as bases de uma filosofia idealista no interior da qual pensa uma hipotética história do desenvolvimento da linguagem.

A apreensão da linguagem segue no curso de acontecimentos que culminaram com um intenso desenvolvimento tecnológico e de grande expansão do capitalismo, no qual ganhou contornos universais em termos econômicos. O século XX foi um período marcado por duas grandes guerras mundiais, sendo também palco de embates teóricos para explicar o social; nele, além do neopositivismo, solidificaram-se também duas outras tendências: o existencialismo e o estruturalismo. Neste último identificamos a proposição de uma ciência da linguagem.

A emersão do estruturalismo nas primeiras décadas do século XX foi fortemente marcada pela I Guerra Mundial e pela ascensão do imperialismo. Os Estados Unidos promovem a recuperação econômica do capitalismo europeu a partir dos anos 1930 após a Segunda Guerra, impulsionando transformações econômicas substanciais no sentido da expansão do consumo de massa. Uma necessidade econômica da expansão capitalista é o aumento do consumo privado, mediante a criação de necessidades artificiais. Isso será realizado por dois mecanismos: desenvolvimento tecnológico com predomínio da extração da mais-valia relativa sobre a mais-valia absoluta – aumento do lucro e do consumo e manipulação dos desejos do consumidor para além de suas necessidades racionalmente claras. O consumo já não será entregue às leis livres do mercado, e sim submetido à burocracia e à homogeneização capitalista. Isso se estende

até ao tempo livre do indivíduo, um setor da vida privada que será preenchido então segundo as exigências do mercado. Adquire significado uma nova função da publicidade – criar padrões de consumo e homogeneização de comportamentos. Nesse período o irracionalismo existencialista começa a perder terreno para o estruturalismo em suas ligações tanto com o agnosticismo – a perda da possibilidade racional do conhecimento – quanto com o capitalismo manipulatório.

As formulações sobre a linguagem tendem a construir a linguística como ciência com base no estruturalismo. Na primeira metade do século XX, tais formulações receberam influência do pensamento do alemão Wilhelm von Humboldt (e naturalmente não só dele), reconhecido como o primeiro linguista europeu a pensar a linguagem humana como sistema governado por regras, superando a ideia do seu entendimento como conjunto de palavras e frases dotados de significado. Para ele, a língua era um organismo vivo constituído como ato e manifestação do espírito humano. Tratava-se de uma concepção estruturalista da língua enquanto um todo orgânico em que os sons eram sua forma externa, cujo sentido era dado por uma forma interna específica a cada língua em particular.

É amplamente conhecida a ligação da linguística com o pensamento de Ferdinand de Saussure (1857-1913). Em cursos ministrados na universidade de Genebra em 1907 e 1911 atribui-se a ele a definição de objeto e método próprios da linguística conforme as exigências positivistas para a constituição de uma ciência. O termo estruturalismo aparece na obra *Cours de linguistique générale* que o celebrou, publicada em 1916. Saussure, linguista e filósofo suíço, defendeu a instituição de língua, entendida como fato social e distinto dos demais fatos da linguagem como objeto científico da linguística: a abordagem de qualquer língua como sistema em que cada elemento ou componente só pode ser definido pelas relações – seja de equivalência, seja de oposição – que mantém com os outros elementos. O conjunto dessas relações recebe o nome de estrutura. Institui, assim, um método capaz de imprimir rigor aos estudos da linguística, também adequado aos estudos sociais, o *estruturalismo*. Em sua teoria há uma rigorosa definição de *signo linguístico* como um dos mais importantes aspectos para a construção epistemológica da linguística como ciência.

Para Saussure, o signo linguístico é fruto da associação entre uma *imagem acústica* – o chamado *significante* – e um *conceito* – chamado *significado*. A imagem acústica seria uma espécie de *representação psíquica dos fonemas* de que se compõem o signo. Enquanto o conceito, longe de ser uma imagem do que quer que possa ser referido pela língua, está relacionado ao processo de desconstrução do significado no pensamento. Essas duas faces do signo, uma vez associadas, compõem sua integralidade (Rodrigues, 2008:12-13. Grifos no texto).

A obra de Saussure influenciou muitos linguistas e tornou-se um dos métodos mais influentes e utilizados no século XX para analisar a língua, a cultura e até a filosofia da matemática. Trata-se de uma tendência de base gnosiológica cujo sentido estrito designa a epistemologia ou teoria do conhecimento científico.

A peculiaridade do estruturalismo é analisada por Carlos Nelson Coutinho em *O estruturalismo e a miséria da razão* (1972). O texto é articulado a partir de um ponto

central: a racionalidade burguesa tem um período de ascensão e de declínio; neste último o estruturalismo é uma expressão contemporânea. Coutinho faz a crítica a essa tendência do ponto de vista de uma posição dialética, na perspectiva de superar as posições unilaterais de estruturalistas e até dos seus opositores, segundo o qual caíram numa retórica irracionalista e subjetivista. Apreende a peculiaridade do estruturalismo em meio ao agnosticismo, na substituição do idealismo subjetivo dos neopositivistas pelo idealismo objetivo. Para ele o estruturalismo é uma modalidade nova de idealismo pseudo-objetivo, pois a objetividade aí presente é uma objetividade do pensamento desconectada das bases objetivas reais, por isso mesmo, ideal, que revela os limites do estruturalismo para o conhecimento do real na efetividade inerente ao ser. Consequentemente, a linguagem é pensada nos moldes do estruturalismo como método, sob a retórica do irracionalismo.

A popularidade e a crítica também mudaram a definição de estruturalismo, e a adesão de autores ao estruturalismo se modificou com o tempo. Posteriormente, tiveram lugar abordagens pós-estruturalistas e desconstrutivistas, estas últimas popularizadas nos anos 1980. Entre outras razões, o estruturalismo tem sido frequentemente criticado pela ausência da historicidade e por favorecer forças estruturais determinísticas em detrimento das habilidades de pessoas individuais para agir, mas o fundamento ontológico e dialético não se torna objeto de investigação nesta tendência mais geral.

Evidencia-se enfim que com sua base de conhecimento originada no movimento histórico do conhecimento em direção ao positivismo que culmina com a epistemologia científica em sua expressão no estruturalismo idealista, a linguística só poderia debruçar-se sobre aspectos singulares da linguagem, e naturalmente na busca do seu objeto específico, particular e independentizado de qualquer fundamento filosófico. A interdição da Ontologia é ainda mais acentuada do que nos primórdios de formação da ciência burguesa.

O tema da linguagem pensado filosoficamente volta a tornar-se interessante particularmente sob a abordagem de Jürgen Habermas. Trata-se de um importante pensador na atualidade que, ao buscar reviver a tradição iluminista e racional, confronta as tendências pós-modernas ao produzir sua *Teoria do agir comunicativo* (1987). A linguagem perpassa todo o seu pensamento com profundas repercussões de natureza filosófica e com implicações em intrincados problemas de filosofia da linguagem na aproximação ao pensamento da tradição frankfurtiana. Queremos realçar que inicialmente Habermas em sua obra *Para a reconstrução do materialismo histórico* (1983) defendeu a ideia de que em animais superiores como os primatas e nos homínídeos é possível identificar a realização de atos do trabalho; portanto, se os animais trabalham, o trabalho não é exclusivo do homem. Então, não sendo o trabalho o que distinguiria o homem dos animais, não seria ele o fundamento da sociedade. Habermas toma a linguagem como fundamento do ser social porque, segundo ele, a articulação entre trabalho e linguagem seria algo exclusivamente social; constrói a partir dessa articulação o fundamento do agir comunicativo enquanto base para as relações dos homens entre si. Esse autor afirma:

As estruturas da intersubjetividade produzidas linguisticamente, investigadas de modo prototípico com base em ações linguísticas elementares, são tão constitutivas para os sistemas de sociedade quanto as estruturas da personalidade. As primeiras podem ser entendidas como tecido de ações comunicativas; as segundas podem ser consideradas sob o aspecto da capacidade de linguagem e de ação (Habermas, 1983:14).

A aceção de que “as estruturas da intersubjetividade produzidas linguisticamente”, entendidas como “tecido de ações comunicativas”, são tão constitutivas para os sistemas sociais “quanto as estruturas da personalidade” consideradas também em sua relação com a linguagem, evidentemente excluem o trabalho como fundamento da diversidade das ações humanas. Em *Teoria do Agir Comunicativo* (1987), na continuidade de sua pesquisa, dá-se uma inflexão em relação à obra anterior. Já não será a articulação entre linguagem e trabalho o fundamento do ser social; nessa teoria ele articula a apreensão da socialidade a partir de uma categoria mais complexa – o mundo da vida – como fundamento do homem, capaz de formular as bases de uma concepção de mundo compatível com o capitalismo desenvolvido.

Questionando a tendência da postura realista acerca da possibilidade do conhecimento e entendendo que a objetividade do mundo resulta do fato de ser reconhecido como um mesmo mundo por uma comunidade de sujeitos portadores de linguagem e de ação, Habermas constrói fenomenologicamente a concepção de “mundo da vida” sustentada pela prática comunicativa. O “mundo da vida” dotado de uma racionalidade que lhe é conferida pelo conjunto das interpretações de uma comunidade de sujeitos “é delimitado pela totalidade de interpretações que são pressupostas pelos participantes como um saber de fundo” (Habermas, 1987: v.1,31). O conjunto dessas interpretações constitui o substrato racional presente neste “mundo da vida”.

O saber nada mais é que o resultado das interpretações dos sujeitos implícito no tecido de ações comunicativas que se torna possível mediante o exercício da linguagem. Ele repousa sobre o reconhecimento intersubjetivo de uma pretensa validade passível de crítica e de consenso entre os sujeitos. As manifestações linguísticas contêm um saber do mesmo modo que as ações dirigidas a uma finalidade são portadoras de um saber racional nelas implícito. Esses saberes comunicados entre falante e ouvinte podem ser criticados. Trata-se de saberes falíveis com pretensão intersubjetiva de validade porque, na visão do autor, dizem respeito à racionalidade do mundo objetivo, “o mundo da vida”, e não a um mundo transcendental.

Assim, a linguagem torna-se componente fundamental do mundo dos homens pela mediação da ação comunicativa. Pensada como uma forma de interação social, a ação comunicativa, na visão habermasiana, permite o intercâmbio de atos em grupos de atores sociais, utilizando a linguagem com vistas ao exercício de influências recíprocas e de entendimento entre os homens.

Como se vê, a interação intersubjetiva é entendida como o motor dos processos sociais orientada à inter-relação entre os homens e descolada dos atos do trabalho. Por sua vez, a linguagem adquire uma relevância peculiar no pensamento da atualidade como fundamento da sociabilidade e matriz do seu desenvolvimento. Aqui se trata de substituir a centralidade do trabalho típica da tradição marxiana pela intersubjetividade presente no “mundo da vida” constituído pela linguagem como seu fundamento. Reduz

o fundamento da socialidade ao plano fenomênico e atribui a continuidade do seu processo de reprodução ao intercâmbio dos atos comunicativos entre sujeitos sociais. Desse modo, o caráter objetivamente delimitado pelo ato da produção realizado na interação entre homem e natureza, mais precisamente pelo trabalho como fundamento do ser social, é substituído pela dimensão intersubjetiva com o intercâmbio de ações comunicativas, eliminando a base material objetiva das relações. O fazer como práxis humana por excelência dá lugar à interação comunicativa. Trata-se de uma visão oposta à ontologia materialista do Lukács, conforme veremos.

A universalidade da linguagem na ontologia materialista de Lukács

Diferentemente do que vimos até aqui, Lukács apreende a linguagem no interior da socialidade humana como categoria ontológica componente do complexo de comda toalidade que constitui o mundo dos homens. Em *Para a Ontologia do ser social*, última obra produzida pelo autor, a linguagem emerge em sua teoria do ser social integrando o processo de reprodução social e impulsionando a superação da mudez do gênero humano. Buscaremos expor os aspectos mais decisivos da linguagem conforme se encontram em *A Reprodução*, na segunda parte da sua *Ontologia*.

Lukács, apoiado no pensamento dialético marxiano, tem por referência o trabalho como fundamento do ser social. Não é possível pensar qualquer categoria no escopo de sua Ontologia materialista sem considerar o trabalho neste sentido mais estrito e preciso: o de constituir-se em fundamento do mundo humano e modelo de toda práxis social. O trabalho desencadeia na vida natural um processo de incessante produção de coisas novas; ao produzir o novo, o homem cria a vida social e cria-se a si mesmo enquanto ser social, transformando-se de simples espécie natural em ente humano genérico.

Mais precisamente, o trabalho dá origem ao gênero humano mediante a interação entre o homem (sociedade) e a natureza. Um gênero portador de uma consciência que não sendo mais puro epifenômeno da natureza como nos animais, produz algo antes inexistente e desencadeia no mundo natural um novo processo de desenvolvimento composto por Socialidade e Individuação. Isso se efetiva porque, pelo caráter criador como ato de superação da imediaticidade e pelas exigências impostas neste ato de criação, o trabalho impulsiona sempre para além de si mesmo, desenvolvendo nos homens novas capacidades, novas habilidades e novas necessidades.

Com a criação e a inserção no mundo humano de algo antes inexistente, não apenas o indivíduo que produz se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade se acha ante um novo objeto, o que implica a abertura de novas possibilidades ao seu desenvolvimento. Tanto o indivíduo quanto a sociedade evoluem concomitantemente aos objetos produzidos pelos indivíduos sociais; já que os objetos são produzidos com base naquilo realizado anteriormente por outros homens, constituem parte da história passada, da sociedade na qual os indivíduos vivem e agem, enfim, da história humana. Assim, o trabalho torna as relações entre o homem e a natureza mediadas por categorias sociais crescentemente complexas. Por isso mesmo o trabalho é também um processo histórico. Nisto reside o caráter central e decisivo do trabalho no mundo dos homens.

Já no início de sua exposição sobre o trabalho, o autor assim se expressa:

Para expor em termos ontológicos as categorias específicas do ser social, seu desenvolvimento a partir das formas de ser precedentes, sua articulação com estas, sua fundamentação nelas, sua distinção em relação a elas, é preciso começar essa tentativa com a análise do trabalho. É claro que jamais se deve esquecer que qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata. E mesmo um olhar muito superficial ao ser social mostra a inextricável imbricação em que se encontram suas categorias decisivas, como o trabalho, a linguagem, a cooperação e a divisão do trabalho, e mostra que aí surgem novas relações da consciência com a realidade e, por isso, consigo mesma etc. Nenhuma dessas categorias pode ser adequadamente compreendida se for considerada isoladamente (Lukács, 2013:33).

Resta evidenciado que o trabalho é apreendido como parte de um complexo de complexos, uma totalidade entendida como conjunto de inúmeros complexos articulados e interdependentes. Essa totalidade comporta outras categorias também decisivas para a continuidade do ser social que não podem ser consideradas isoladamente, entre as quais a linguagem. Por que então o acento e o lugar privilegiado do trabalho na gênese do ser social? A resposta é assim manifesta:

todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social (2013: 35).

O fato é que outras categorias como linguagem, cooperação e divisão do trabalho pressupõem que o salto ontológico² de uma espécie natural ao homem já tenha acontecido, enquanto o trabalho se encontra na transição da espécie ao gênero humano. Ou seja, sua justificativa é de natureza objetiva, baseada na atividade da produção de algo novo. Para tal afirmação ele menciona a famosa reflexão de Marx: “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (2013:35). Trata-se do trabalho no qual o valor de uso como produto do trabalho útil

²A propósito do salto ontológico: “As formas de objetividade do ser social se desenvolvem à medida que a práxis social surge e se explicita a partir do ser natural, tornando-se cada vez mais claramente sociais. Esse desenvolvimento, todavia, é um processo dialético, que começa com um salto, com o pôr teleológico no trabalho, para o qual não pode haver nenhuma analogia na natureza. A existência do salto ontológico não é anulada pelo fato de esse processo, na realidade, ter sido bastante longo, com inúmeras formas de transição” (Lukács, 2012:199).

para a existência humana nada tem a ver com o valor de troca. Neste preciso sentido, o trabalho contém *in nuce* as determinações do novo no ser social e só assim pode ser considerado o fenômeno originário da existência do homem.

Começar pela análise do trabalho parece adequado a Lukács de um ponto de vista metodológico porque a revelação das determinações do trabalho permitirá o esclarecimento dos caracteres essenciais do ser social. Entretanto, trata-se, segundo ele, de uma abstração *sui generis* metodologicamente compatível com aquelas presentes em Marx na análise de *O capital*. A abstração realizada na análise do trabalho começará a ser desfeita, segundo ele, ao investigar a reprodução do ser social. De fato, no capítulo *A Reprodução* Lukács indica que: “Com efeito, o trabalho enquanto categoria desdobrada do ser social só pode atingir sua verdadeira e adequada existência no âmbito de um complexo social que se reproduz processualmente” (2013:118). Realiza anteriormente uma abstração necessária em que investiga o desdobramento categorial do trabalho em suas conexões mais decisivas, mas o trabalho ganha sua autêntica concreção somente inserido no contexto da reprodução social.

Lukács diz: “é claro que a socialidade, a primeira divisão do trabalho, a linguagem etc. surgem do trabalho, mas não numa sucessão temporal claramente identificável, e sim quanto à sua essência, simultaneamente” (2013:35). Esse caráter de simultaneidade no surgimento das categorias do ser não só reafirma a concepção de totalidade como complexo de complexos, como reforça o caráter dialético da relação entre trabalho e outras categorias ontológicas a ele indissolúvelmente ligadas.

Lessa analisa tal problema da simultaneidade entre linguagem (fala) e trabalho:

Para Lukács, sem a mediação da fala o trabalho não pode sequer existir, quanto mais fundar o complexo processo que denomina devir-humano dos homens: a fala é indispensável ao processo de acumulação/generalização que caracteriza a continuidade social. A prioridade ontológica do trabalho não significa que esta categoria possa, por um único instante que seja, existir fora do mundo dos homens ou ser a ele anterior. Nem a sociabilidade nem o trabalho podem existir sem a fala. No caso desta última, o autor inicia sua análise pela afirmação de que trabalho e fala “simultaneamente vêm a ser” (Lessa, 2012:180).

Deste modo, se Lukács postula o trabalho como categoria central do ser social, ao mesmo tempo considera que a totalidade deste ser, em última instância unitária, realiza-se pela reprodução de categorias e de relações sócio-ontológicas que, tendo o trabalho por seu fundamento, distinguem-se dele em sua processualidade interna e em suas qualidades essenciais. Portanto, entre o trabalho e a totalidade social se interpõe a malha de mediações que compõem o complexo da reprodução social. Essa malha de mediações é diferenciada desde as socialidades mais simples, na qual a divisão do trabalho permite apreender que pelo menos a linguagem deve existir simultaneamente ao trabalho, enquanto um dos momentos decisivos da esfera humana. Uma característica do trabalho é que ele permite produzir sempre mais do que o necessário à existência humana e esse caráter assegura mudanças internas e externas no processo social. Conforme afirma Lukács:

Entre as mais importantes mudanças desse tipo encontra-se o desenvolvimento da divisão do trabalho. Esta, de certo modo, é dada com o próprio trabalho, originando-se dele como necessidade orgânica. Atualmente, sabemos que uma forma da divisão do trabalho, a cooperação, aparece em estágios bastante iniciais; basta pensar no caso, já mencionado, da caça no Paleolítico. Sua mera existência, por mais baixo que seja o seu nível, faz com que se origine do trabalho outra determinação decisiva do ser social, a comunicação precisa entre os homens que se unem para realizar um trabalho: a linguagem (2013:119).

Evidencia-se que se o trabalho é um momento fundamental da vida social, em nenhum momento da história humana esta vida se reduz ao trabalho. Além de constituir um complexo de complexos desde suas formas mais simples, a reprodução da totalidade social é o momento predominante no sistema de permanentes interações entre complexos relativamente autônomos. A reprodução social contém a linguagem como componente essencial das relações que os homens estabelecem entre si. Nas palavras de Lukács:

Nem é preciso demonstrar que o homem, já como ser biológico, constitui um complexo. Do mesmo modo, é diretamente evidente que a linguagem necessariamente também tenha um caráter de complexo. Toda palavra só terá algum sentido comunicável no contexto da linguagem a que pertence, constituindo um som sem sentido para quem não conhece a linguagem em questão; não é por acaso que houve povos primitivos que designaram o estrangeiro como “mudo”, incapaz de comunicar-se (2013:120).

O desenvolvimento da linguagem é derivado da divisão do trabalho no processo de reprodução social mediante a necessidade da comunicação entre as pessoas que estabelecem relações na realização de uma atividade de trabalho. A linguagem permite fixar o conhecimento da essência dos objetos e estabelece os mecanismos da comunicação entre os homens reunidos para uma atividade. Neste sentido, impulsiona a vida humana para momentos cada vez mais sociais e participa ativamente do afastamento das barreiras naturais que se efetiva com o movimento contínuo de reprodução social. Se inicialmente Lukács remete a linguagem ao trabalho, até mesmo fazendo referência a formas diferenciadas entre os animais e o homem, ele a analisa em sua concretude associada a outros pores teleológicos cujo fim é a consciência de outros homens, a saber: “Referimo-nos àqueles pores teleológicos que não têm por fim a transformação, utilização etc. de um objeto da natureza, mas que têm a intenção de levar outros homens a executarem, por sua vez, um pôr teleológico desejado pelo sujeito do enunciado” (2013:119).

Com os desafios postos pelo processo de trabalho cujo ser-em-si é inteiramente ligado ao cérebro dos indivíduos, apresentam-se para a consciência conteúdos novos e sob múltiplas formas, impondo a necessidade da comunicação. A produção de coisas novas pelo homem mediante o contato, a cooperação, a criação de novos procedimentos cria “a linguagem como órgão e *medium* da continuidade no ser social”(2013: 155), capaz de articular as relações dos homens entre si, que se eleva além da mera particularidade dos indivíduos. Esse *medium* se encontra no nível da sua genericidade.

A linguagem possui duas características que se articulam no seu desenvolvimento: a

primeira é sua elevação acima da particularidade, expressando as coisas de forma genérica; a segunda, sua tendência à singularidade. Essa primeira característica do ato teleológico é que tende sempre a expressar genericamente as coisas, elevando-se acima da sua singularidade específica; esta elevação é uma tendência objetiva que se potencializa na linguagem. Na ação dos homens sobre outros homens, até mesmo a realização dos atos cujo fim objetivo é o trabalho, a decisiva mediação da linguagem tende a elevar-se acima da particularidade. A ação sobre a consciência é dirigida intencionalmente ao comportamento grupal de forma genérica.

Até as palavras mais simples e cotidianas expressam a generalidade do objeto, seu gênero ou espécie, e não exatamente sua singularidade, visto que não é linguisticamente possível encontrar uma palavra para designar um objeto univocamente singular. Portanto, somente a sintaxe evoluída pode designar a singularidade de um objeto sensível e imediato, formulando um enunciado que reproduz em termos linguísticos a indicação sensível de um objeto que temos a pretensão de mostrar. Desse modo, a expressão linguística está constantemente diante do dilema entre fazer generalizações e expressar a singularidade dos objetos. Em linhas gerais:

Originalmente, esta é o instrumento social para conferir validade àqueles pores teleológicos que têm como meta induzir outros homens a determinados pores teleológicos. Também nesse caso a ação genérica no trabalho, com todas as suas determinações objetivas, permanece como a meta última, mas o caminho até lá passa pela consciência de outros homens, nos quais se pretende despertar pelas mais diversas vias essa generidade, essa ultrapassagem da própria particularidade. (2013:160).³

Neste caso a necessidade da generalização em termos da linguagem faz-se ainda mais premente, incluindo o apelo pessoal aos homens. Mesmo que dirigido a uma pessoa singular, a necessidade linguística de generalização permanece, pois:

Mesmo que o conteúdo do ato de linguagem equivalha a uma censura, um elogio, um xingamento, que são de cunho puramente pessoal e predominantemente emocional, o que se comunica ao outro é em que grupo humano ele se enquadra com o seu comportamento; independentemente se ele é designado de herói ou canalha, a linguagem só consegue fazê-lo mediante essa classificação em tais grupos de comportamento (2013:160).

Trata-se de um fato de suma importância para o indivíduo singular, porquanto, do ponto

³ Lukács entende o trabalho como pôr teleológico primário, aquele ato mediante o qual o sujeito age sobre a objetividade material no sentido de produzir novas objetividades, enquanto desse ato primário derivam outros que consistem em ação sobre a consciência de outros homens. Esses últimos são denominados pores teleológicos secundários. “O pôr teleológico comporta simultaneamente o fato de que, em cada um desses pores, o momento ideal deve constituir o ponto de partida” (Lukács, 2013:289). Não se trata, porém, de reduzir o ato teleológico à idéia. Obs. o termo aparece como posição teleológica ou como pôr teleológico por tradutores diferentes.

de vista social, a avaliação que os outros fazem dele, de sua atividade ou do seu comportamento, assume caráter decisivo na posição que ocupa na sua respectiva sociedade. Lukács ressalta o papel que o elogio e a censura assumiram na ética grega e como com o desenvolvimento social esse processo se complexifica, tornando-se mais refinado e “individualizado”. Ele reitera, porém, que a estrutura da linguagem não muda substancialmente; as palavras ganham outra tonalidade para se aproximarem do significado mais profundo do caso singular e muitas vezes o enunciado diz de uma determinada forma algo cuja intenção é sugerir o oposto, “mas não obstante todos esses matizes, sombreados, reservas, permanece intacta a estrutura de fundo, que é aquela de encaixar a ação particular e o seu autor em uma determinada classe de comportamento”(2013:160).

Aí se encontra a segunda característica da linguagem: a tendência à singularidade. Na verdade, trata-se de um desenvolvimento linguístico que se adequou a caracterizar o comportamento de pessoas, segundo um conteúdo valorativo produzido pela própria sociedade na qual estes indivíduos vivem e agem. Certamente o desenvolvimento da linguagem comporta muito mais que o mero aperfeiçoamento nos termos acima explícitos. À medida que se ampliam as mediações nos tipos de posição que visam influenciar outros indivíduos, que as comunidades alteram sua composição e de meras singularidades particulares tornam-se compostas por individualidades e personalidades, “tanto mais a expressão linguística também precisa ser orientada, por seu turno, para a individualização. Para isso, surgem séries inteiras de formas de expressão linguística, que aqui naturalmente não podemos nem mesmo enumerar”(2013:161).

Lukács enfatiza ser preciso considerar que processualmente “o recurso a meios de expressão não linguísticos no sentido estrito desempenha um papel importante e efetivo, como é o caso das nuances de ênfase na linguagem falada, dos gestos a ela associados, das expressões faciais etc.” (2013: 161). Emergem assim novas expressões linguísticas e ao mesmo tempo os atos de falar e de escutar passam por um aperfeiçoamento que Lukács comenta já haver definido na Estética como “conhecimento correto do parceiro individual”, do qual decorre, “no interior da linguagem, uma luta contra sua generalização legal para se aproximar da expressão do individual-único”(2013:161).

O movimento interno no desenvolvimento da linguagem, mediante lutas, etapas e mecanismos os mais diversos, tende a dirigir-se no sentido de expressar o individual. Sua premissa reside no fato de que as palavras e locuções adquirem inúmeros significados, ante a tentativa de refletir sobre e fixar objetos dotados de infinitude. Esta pluralidade de sentidos assegura o espaço de expressão da singularidade dos objetos. Na luta entre fixar as expressões referentes à infinitude e à singularidade surgem ambiguidades; a mais importante função social da linguagem consiste em “criar a capacidade de fixar as determinações gerais, pois esta ambiguidade no sentido da palavra aparece como um lado débil da linguagem, que é necessário superar”(2013:161). Lukács comenta:

assim que a ciência é desenvolvida a partir do trabalho como fator da vida social, assim que a regulação jurídica do intercâmbio social se torna um importante componente da existência das sociedades, essa necessidade de controlar, de refrear a diversidade de significados no

sentido das palavras, dos enunciados etc. vai adquirindo cada vez mais força. A definição enquanto ato de determinar inequivocamente o sentido nos enunciados almeja eliminar essa ambiguidade de sentidos ao menos da linguagem das ciências (2013:161).

Para isso, a definição determina univocamente o significado e o sentido das enunciações, procurando afastar a ambiguidade da linguagem no âmbito das ciências. Essa univocidade na utilização científica das palavras constitui uma necessidade primordial para a ciência e, ao mesmo tempo, assegura a polivalência da linguagem, o que significa assegurar as possibilidades de comunicação linguística. Porém esse alcance é sempre relativo e alvo de polêmicas, pois

a tentativa de eliminar completamente a ambiguidade da linguagem desembocaria numa renúncia a toda comunicação linguística, à existência da linguagem enquanto linguagem. Nessa linha, há os “ultra”-neopositivistas, que reduzem a dimensão linguística aos “sinais” anteriormente caracterizados e, desse modo, convertem a realidade em puro objeto da manipulação. É assim que surge a “linguagem” da jurisprudência, amplamente estranha à vida; é assim que, a partir da “inadequação” da linguagem ao puro pensar, é desenvolvido um ceticismo “crítico da linguagem” etc.(2013:162. Grifos no texto).

Para Lukács, o fundamental em termos ontológicos é que “a linguagem é a satisfação de uma necessidade social que surge ontologicamente, em decorrência da relação dos homens com a natureza e entre si”, Por isso mesmo, “nessa duplicidade de exigências contrapostas, justamente nessa contraditoriedade dialética, deve e pode ser realizada em termos práticos”(2013:162). Em resposta a necessidades sociais, a linguagem medeia a relação entre os homens e destes com a natureza. Para essa realização dialética expressa ora o geral ora o singular, sendo a expressão mais exata de que “o homem é um ser que responde”(2013:288) – tanto em termos de produzir o necessário para viver quanto no sentido de criar um órgão para articular as comunicações dos homens entre si.

Portanto, em consequência do caráter ontológico fundamental da duplicidade dialeticamente contraposta da linguagem o desenvolvimento de toda língua viva se expressa por um duplo movimento em sentidos contrapostos. Por um lado, as expressões cotidianas que buscam exprimir a mais ampla generalização, quando palavras expressivas de fenômenos gerais já foram um dia expressões do cotidiano; por outro, há expressões gerais que ora buscam adquirir novas nuances, ora favorecem o surgimento de palavras novas, no sentido oposto de expressar o individual. “É por isso que o duplo movimento em direções contrapostas caracteriza o desenvolvimento de toda língua viva” (2013:162). Essa contradição existente na linguagem tem origem no ser social do homem; ao mesmo tempo, a fecundidade inexaurível da linguagem reside, segundo Lukács, neste movimento contraditório que constitui a base de sua especificidade.

Assim, são as tentativas de superar as contradições, inerentes ao ser social, que produzem a estrutura essencial da linguagem, tornando-a o meio capaz, ainda que imperfeito, de satisfazer as necessidades de comunicação derivadas da relação dos

homens com a natureza e das relações daqueles entre si. Sua inserção no complexo geral da sociedade a faz partícipe da continuidade de um ser social que tende à generalidade. Convém sempre salientar que “a universalidade que surge do realizar-se do homem como ser genérico humano em sua práxis social é e permanece o momento predominante nessa interação” (2013:162). Conforme Lukács:

a nova continuidade que caracteriza o ser social só pode impor-se quando todos os momentos da práxis que contribuem para esse progresso, para essa intensificação objetiva da generidade, e que a promovem também forem preservados subjetivamente, também na consciência dos homens, quando não existirem só em si, mas se encontrarem justamente no seu ser-em-si registrado pela consciência, em movimento rumo ao ser-para-si da generidade (2013:162).

Aí se acha ressaltada a incorporação pela consciência dos complexos da práxis que se movem em direção à constituição do gênero humano. Em tal contexto, a linguagem deve ser compreendida especialmente como *medium* sem o qual a continuidade do ser social não poderia se realizar; ao mesmo tempo, para exercer tal função social deve constituir um complexo em-si relativamente fechado em si mesmo. Para o autor:

A linguagem está em condições de satisfazer essa necessidade social porque não apenas é capaz de transformar a consciência dinâmica e progressiva de todo o processo social de reprodução em portadora da relação viva entre homens, mas também porque acolhe em si todas as manifestações de vida dos homens e lhes confere uma figura passível de comunicação, ou seja, só porque ela constitui um complexo total, abrangente, sólido e sempre dinâmico quanto a própria realidade social que ela espelha e torna comunicável. Em última análise, portanto, por formar um complexo tão total e dinâmico quanto o da própria realidade por ela retratada (2013:162-3).

Portanto, a linguagem constitui um complexo social – tanto quanto a realidade mesma – cuja função é refletir e comunicar essa mesma realidade. Trata-se de uma totalidade em permanente movimento, capaz não só de permitir a transformação da consciência dos homens em seu processo de reprodução social, mas de expressar as relações socialmente existentes e de acolher as manifestações da vida humana, permitindo sua comunicação. Ela participa decisivamente da superação da mudez do gênero humano, que se origina com o trabalho, ou mais precisamente: “A superação da mudez do gênero só pode suceder quando a consciência deixa de ser um epifenômeno do ser biológico, quando participa ativamente da formação da essência específica do ser social. Por si só fica claro que cabe à linguagem um papel fundante elementar e de promoção ativa desse processo de reprodução” (2013:163). Neste sentido, a linguagem tem uma profunda relação com a formação da consciência não mais epifenomênica do gênero humano já nos momentos primordiais e se aprofunda com a criação da escrita.

A linguagem tem um caráter espontâneo, mas esse seu caráter espontâneo não nega o papel dos indivíduos na sua criação, visto que toda espontaneidade social consiste numa síntese de pores teleológicos singulares, de modo que o caráter espontâneo não

desfigura a natureza de um por mais ou menos consciente; nem do seu caráter volitivo. O papel desempenhado pelos indivíduos na constituição da língua pode ser ressaltado quando “por meio das dimensões criadoras ou receptoras, de afirmação ou de negação, em seus atos singulares, em partículas minúsculas do processo total, mas, dependendo das circunstâncias, podem também influenciar o desenvolvimento da linguagem de modo irremediável, (basta lembrar a tradução da Bíblia por Lutero)” (2013:163-4).

O caráter da linguagem, contudo, permanece espontâneo e genérico, pois seu desenvolvimento se dá sob a direção da sociedade e expressa o estágio social do qual é um reflexo na consciência daqueles que ali vivem e agem. Tal caráter genérico da linguagem é realçado, considerando que, de todas as criações individuais, só penetram o seu complexo dinâmico e nele são fixadas aquelas expressões que correspondem ao estado atual da genericidade. Novas palavras e locuções constituem produtos anônimos do desenvolvimento linguístico, ainda que o seu surgimento signifique obra de um ou de muitos indivíduos. A extinção de palavras também significa que o seu uso é negado pelos indivíduos quando não encontram mais correspondência de sentido em suas vidas naquele momento. Segundo o autor:

A evidência mais clara desse caráter espontâneo da linguagem, que sintetiza os atos pessoais, é a pluralidade das línguas, que corresponde exatamente à atual consciência de gênero realmente presente na humanidade. E o estudo do surgimento e do desenvolvimento dessa pluralidade a partir da união de dialetos locais, da fusão de diversas línguas, do desdobramento de um dialeto em linguagem autônoma etc. é simultaneamente uma imagem do devir das nações e um fator ativamente importante desse devir (2013:164).

A linguagem se desenvolve como um autêntico e dinâmico complexo movido por sua legalidade interna, ao tempo que o caráter dessa legalidade varia em consonância com o movimento histórico-social, pois tanto palavras como outros elementos surgem e desaparecem quando ocorrem mudanças nas leis que determinam sua estrutura. Esta, aliás, é uma autolegalidade que não pertence só à linguagem, mas se encontra presente em todos os complexos do ser social. A linguagem é ainda mais suscetível a esse movimento devido a sua reprodução espontânea e ao seu lugar na vida cotidiana dos homens, cuja estreita ligação está sujeita aos abalos e oscilações, reagindo a eles imediatamente. Neste sentido, a linguagem tanto depende das transformações da vida social quanto está sujeita aos ditames de sua autolegalidade.

Assim, o seu desenvolvimento se realiza mediante leis próprias e em articulação contínua com a sociedade, da qual é órgão da consciência. As mudanças no seu interior só podem ocorrer de acordo com suas leis internas, porém,

motivo, conteúdo e forma são fornecidos por aquele complexo social que produz alegrias e sofrimentos, ações e catástrofes humanos, razão pela qual ele cria tanto em termos de conteúdo como de forma aquele espaço real de manobra, no qual a legalidade interna da linguagem adquire validade tanto positiva como negativamente (2013:164).

Desse modo, a linguagem só pode ser efetivamente compreendida na exata medida em

que se compreende tanto sua legalidade interna quanto a sociedade na qual ela surge e medeia as relações, visto que esta é a base do seu ser e devenir. Este conjunto de argumentos torna-se demonstrável diante da diferenciação entre língua viva e língua morta. O caráter vivo da língua reside na sua capacidade de expressar, ante as contrações do seu desenvolvimento orgânico, o processo contínuo de sua renovação. Ela é viva “porque retrata o mundo de intuições, sentimentos, pensamentos, aspirações etc. dos que vivem justamente naquele momento e forma sua expressão ativa imediata” (2013:165). A língua morta já se fixou na sua ligação a uma vida social passada, “definitivamente fixada como monumento, detendo-se, justamente por isso, nos sentimentos etc. de homens há muito falecidos de alguma sociedade desaparecida e não podendo constituir um espaço de expressão para os sentimentos etc. dos que nasceram mais tarde” (2013:165). Convém esclarecer que esse caráter de “vivo” ou “morto” em nada se aproxima do significado do complexo biológico.

É verdade que na história já aconteceu de uma língua morta exercer função importante, como o latim no Medievo, que, diante dos problemas enfrentados pela unificação da Europa, revelou-se um *medium* mais adequado que as línguas nacionais, ainda em formação, para exprimir os problemas do gênero humano. Porém, no campo da poesia, expressões em língua nacional, como *A Divina Comédia*, entre outras, tiveram mais sucesso para exprimir os sentimentos e a interioridade dinâmica da relação entre os indivíduos e entre estes e a sociedade, contribuindo enormemente para a reprodução da língua e da literatura. A poesia em língua latina, já existente, não teve êxito para se inserir nesse processo. Assim, a língua é verdadeiramente a expressão viva da própria sociedade em sua contínua dinâmica e reflete sentimentos, atos e relações dos homens na sua constituição como entes humanos genéricos.

Considerações finais

Enfim, uma apreensão ontológica da linguagem não só é possível como torna possível elucidar de forma mais completa aspectos entendidos como sendo de natureza científica, sem a perda dos fundamentos essenciais à sua constituição. Ilumina características da linguagem, sua trajetória histórica e decisivos aspectos a respeito das línguas, sua função e modos de operar nas relações sociais ampliando a validade de sua apreensão por parte da ciência.

A linguagem, para Lukács, reflete a realidade social em sua constituição dinâmica e progressiva, exercendo também função na transformação da consciência ao exprimir as manifestações da vida humana mediante instrumentos capazes de estabelecer a comunicação entre os homens. Constitui um complexo cujo movimento e dinâmica se aproxima da rica complexidade contida na própria realidade que expressa. Tal como em outras formas do ser, na linguagem opera uma dinâmica interna na qual vão se explicitando de modo cada vez mais puro suas características específicas. Sua função na consciência do homem consiste em promover ativamente a superação do gênero mudo, contribuindo para a participação ativa da consciência no caráter peculiar do ser social.

Na Ontologia materialista de Lukács é possível apreender que quando na consciência

são fixadas novas atividades resultantes da troca orgânica com a natureza, esse processo de transformação torna-se mais sólido e elástico, ao tempo que assegura determinações unívocas com tendências mais precisas e uma possibilidade mais articulada de variações do que aquelas que se poderia ter com um crescimento apenas natural. Tal reprodução da continuidade do ser social tem como órgão a linguagem desde o seu funcionamento como linguagem falada e exerce a função de continuidade mediante a tradição oral. O seu fixar-se e desenvolver-se como linguagem escrita resulta do desenvolvimento de sua essência, como autêntica manifestação do ser social.

No referido aspecto da vida social os homens alcançaram um desenvolvimento que permite a todo indivíduo a reprodução na própria consciência, o caminho percorrido pelo gênero humano até aquele momento. Com isso pode ter uma posição crítica, positiva ou negativa, acerca de suas etapas e acerca das suas relações. Do mesmo modo pode ter uma consciência sobre a própria contemporaneidade, seus problemas e o desenvolvimento alcançado. Portanto, com a linguagem o mutismo do desenvolvimento vai sendo superado em termos genéricos e qualitativos desde os estádios primordiais; tal superação avança continuamente com o nascimento e a difusão da escrita. É uma tendência de importância ontológica precisamente pelo seu caráter substancialmente espontâneo, pois a linguagem, essencialmente, é cópia e expressão do que foi alcançado, a cada momento, pelo gênero, em seu processo de realização.

Em sua Ontologia, Lukács enfatiza aspectos particulares da linguagem que constituem relevantes dimensões de sua natureza específica. Ressaltamos algo de importância decisiva: ele elucida a natureza da linguagem como categoria universal, o que lhe confere um caráter peculiar no conjunto dos complexos sociais. Ou seja, “para cada área, para cada complexo do ser social, ela deve ser órgão e *medium* da continuidade do desenvolvimento, da preservação e da superação (2013:167). Portanto, é *medium* que pode agir para conservar ou superar a evolução de complexos sociais do ser. Além de mediar a continuidade dos complexos sociais, a linguagem tem caráter universal porque medeia tanto a troca orgânica da sociedade com a natureza, melhor dizendo, o trabalho, quanto a relação social dos homens entre si. Este fato elementar não se aplica aos complexos sociais em geral, pois, conforme o autor esclarece:

Até mesmo uma forma de atividade tão universal quanto a do trabalho refere-se, em sentido próprio, ao metabolismo com a natureza. Nem mesmo o extremo desenvolvimento da técnica anula esse caráter ontológico do trabalho, pois, visto dessa maneira, dá no mesmo se o trabalho é manual ou maquinal (inclusive automatizado), se sua intenção está direcionada diretamente para fenômenos naturais concretos ou para o aproveitamento de legalidades naturais (2013:167).

Outro aspecto importante na caracterização da linguagem diz respeito à dimensão espontânea de sua reprodução. O processo reprodutivo da linguagem realiza-se espontaneamente sem que a divisão do trabalho necessite passar por algum processo de institucionalização. A linguagem renova-se continuamente, conduzida por diversas necessidades que se põem na vida cotidiana. Mesmo a criação de instituições que têm por finalidade regulamentar a linguagem tem uma influência muito menor na sua

reprodução global do que a renovação espontânea propiciada pelo cotidiano. Neste sentido, a linguagem não tem como portador um grupo humano particular; no conjunto da sociedade, cada membro influi, com sua conduta de vida, para o destino da linguagem.

Enfim, diferentemente de outros complexos sociais, a linguagem é uma categoria universal do ser social, constituindo um *medium* de sua continuidade e permeando tanto a relação dos homens com a natureza quanto o contato intrassocial dos homens entre si. O seu caráter espontâneo também a diferencia de outros complexos sociais, uma vez que não necessita de institucionalização para a sua reprodução: emerge espontaneamente e somente no processo de constituição como língua ou outras formas grupais de comunicação institucionaliza-se oficialmente, ganhando contornos particulares em cada grupo humano.

Vê-se que na Ontologia Lukács enfatiza a participação decisiva do complexo da linguagem na constituição do ser social, sua relação com a consciência e sua função no âmbito do desenvolvimento do gênero humano. Ressalta a importância do conhecimento da língua para a apreensão do grau de evolução social de nações, como grupo de indivíduos que partilham as mesmas formas de comunicação e de expressão. No cotidiano da vida social, os indivíduos contribuem para o desenvolvimento da linguagem em seu processo global, a partir das necessidades reais a que os homens respondem para dar continuidade à vida humana, que, por sua vez, segue no sentido da evolução do gênero humano, na qual tem uma participação decisiva a partir do contexto social.

Bibliografía

- COUTINHO, Carlos Nelson. 1972. *O Estruturalismo e a miséria da razão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HABERMAS, Jürgen. 1983. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense.
- . 1987. *Teoría de la Acción Comunicativa*. Vol. 1. Madrid: Taurus.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich 1807. Prefácio à *Fenomenologia do Espírito*. Fonte: Grupo de Discussão Acrópolis (Filosofia).
- LESSA, Sérgio. 2012. *Mundo dos Homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács.
- LUKÁCS, György. 2010. *Prolegômenos Para Uma Ontologia do Ser Social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Trad.: Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo.
- . 2012. *Para uma Ontologia do Ser Social I*. Trad.: Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo.
- . 2013. *Para uma Ontologia do Ser Social II*. Trad.: Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo.
- MARX, Karl / ENGELS, Friedrich. 2001. *A Ideologia alemã*. Trad. Luis Claudio de

Castro E Costa. São Paulo: Martins Fontes.

MÉSZÁROS, István. 2009. *Estrutura Social e Formas de Consciência*: a determinação social do método. Trad.: Luciana Prudenzi, Francisco Raul Cornejo e Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo.

RODRIGUES, Rômulo da Silva Vargas. 2008. *Saussure e a Definição da Língua como Objeto de Estudos*. Edição especial n. 2, www.revel.inf.br (último acesso: 13/10/2016).

ROUSSEAU, Jean-Jacques. 2016. *Discurso Sobre a Origem da Desigualdade*. Trad. Maria Lacerda de Moura, Fonte Digital www.jahr.org (último acesso: 13/10/2016)
